

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 09
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2022.06.29
2022/2023	Hora: 11:30 — 13:10
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidente	Adão Silva
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Palmira Maciel
	Lina Lopes
Vice-Secretário	—

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Paulo Mota Pinto
	Catarina Rocha Ferreira
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
	Carla Castro
PCP	Paula Santos
BE	Pedro Filipe Soares

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
L	Rui Tavares

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo

Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

Agendamentos

Foi deliberado agendar para o primeiro ponto da ordem do dia da sessão plenária, do dia 7 de julho, o requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do Chega para um debate de atualidade sobre a salvaguarda dos direitos da criança.

Para a sessão plenária do dia 21 de julho, foram confirmados o agendamento e a votação nas três fases, generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º 19/XV/1.^a (GOV): — Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e o agendamento da Conta Geral do Estado para 2020.

Foi igualmente acordado agendar para a mesma sessão plenária, com grelhas de tempos encurtadas pela Mesa, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo a 2021 e dois projetos de resolução da Comissão de Assuntos Europeus que incidem sobre matérias da competência reservada da Assembleia da República e cuja discussão e votação deve ter lugar em Plenário.

Excepcionalmente, foi acordado o agendamento urgente, solicitado pelo Governo, também para o dia 21 de julho, de uma proposta de lei, que ainda vai dar entrada, com vista à transposição da Diretiva (EU) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial e da Diretiva (EU) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento.

Grupos Parlamentares de Amizade

O PAR informou ter recebido da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, a reflexão que tinha solicitado sobre o elenco, o número de membros que compõem os Grupos Parlamentares de Amizade (GPA) e a sua distribuição pelos Grupos Parlamentares (que foi distribuída) que deve ser fixado no início de cada Legislatura por deliberação do Plenário, sob proposta do PAR, ouvida a Conferência de Líderes (CL), nos termos do artigo 45.º do RAR.

Tendo sido distribuído um anteprojecto de deliberação, foi acordado incorporar no projeto final as propostas apresentadas para que os GPA tenham uma composição de 15 membros (6 PS, 5 PSD e 1 CH, IL, PCP e BE), para que

cada Deputado possa integrar, no máximo, quatro GPA bilaterais e ainda para que a criação do GPA Portugal-Rússia fique dependente de deliberação do Plenário.

Majoração das declarações políticas dos DURP e do direito das ALRA à fixação da ordem do dia

Seguindo a mesma regra de majoração em função da duração acrescida da presente sessão legislativa observada para os direitos potestativos, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta de passar as declarações políticas dos Deputados únicos representantes de um partido (DURP), nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do RAR, para oito e o direito das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas à fixação da ordem do dia, nos termos do artigo 169.º do RAR, para três propostas de lei da sua autoria, na presente sessão legislativa, voltando ao número regimental na próxima sessão.

Calendário das audições com membros do Governo em Comissão (ao abrigo do n.º 5 do artigo 104.º do RAR)

Foi distribuída uma proposta de calendário, apresentada pela Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (MAAP) com as reações das várias Comissões à mesma. Sendo necessário dar este assunto por encerrado, foi deliberado aprovar o calendário com os acertos propostos pelas Comissões (que fica anexo a esta súmula, dela fazendo parte integrante), sem prejuízo dos ajustes que sejam ainda concertados entre estas e a MAAP, e com a recomendação ao Governo para não deixar sem audições regimentais o período entre as audições orçamentais.

O GP do IL deixou expressa a sua posição de não validação do calendário, uma vez que não ficou prevista a audição do membro do Governo com a tutela dos assuntos europeus.

Calendarização dos debates com o Governo

Foi aprovada a proposta de debates sobre política setorial, apresentada pelo PAR, após articulação com a MAAP, nos termos do n.º 4 do artigo 224.º do RAR, com o seguinte calendário:

- 8 julho de 2022, com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

- Dezembro de 2022, com a Ministra da Presidência (PT2030);
- Fevereiro de 2023, com o Ministro da Economia e do Mar;
- Abril de 2023, com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Junho de 2023, com a Ministra da Coesão Territorial.

Próxima Conferência de Líderes

A próxima CL foi agendada para o dia 20 de julho, às 11h30.

AGENDAMENTOS

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.29 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre as prioridades da presidência Checa, com a participação do Governo, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia.

Tempos: Grelha dos debates europeus.

Debate sobre os instrumentos da governação económica da União Europeia, com a participação do Governo, previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela AR no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

Tempos: Grelha dos debates europeus.

Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª (PS): — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso

a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho.

Projeto de Lei n.º 9/XV/1.ª (PAN): — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais.

Projeto de Lei n.º 177/XV/1.ª (CH): – Elimina restrições injustificadas no acesso a profissões reguladas e estabelece limites à duração e organização dos estágios.

Projeto de Lei n.º 178/XV/1.ª (IL): – Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (Primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro).

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 141/XV/1.ª (CH): — Altera a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital no sentido de garantir o cumprimento do direito à liberdade de expressão.

Projeto de Lei n.º 179/XV/1.ª (IL): — Protege a Liberdade de Expressão *online*.

Projeto de Lei n.º 180/XV/1.ª (PS): — Simplifica o regime de proteção contra a desinformação, assegurando a sua articulação com o Plano Europeu de Ação Contra a Desinformação, procedendo à 1.ª alteração à Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.06.30 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP da IL, incidindo sobre a temática: «S.O.S. SNS».

Projeto de Lei n.º 181/XV/1.ª (IL): — Regulamentação e implementação das Unidades de Saúde Familiar de modelo C (Alteração ao decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, na sua redação atual).

Projeto de Resolução n.º 127/XV/1.ª (IL): — Plano de Regularização Atempada dos Pagamentos em Atraso aos Fornecedores do Serviço Nacional de Saúde.

Projeto de Resolução n.º 128/XV/1.ª (IL): — Recuperação da Atividade Assistencial.

Projeto de Resolução n.º 129/XV/1.ª (IL): — Médico de Família para Todos os Utentes.

Projeto de Resolução n.º 130/XV/1.ª (IL): — Registo de Saúde Eletrónico Universal.

Projeto de Lei n.º 187/XV/1.ª (PCP): — Autonomia dos estabelecimentos e unidades do Serviço Nacional de Saúde e alargamento da autorização para a realização de investimentos e despesas não previstas.

Projeto de Lei n.º 191/XV/1.ª (L): — Alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde e ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, que aprova o regime jurídico da organização e funcionamento das unidades de saúde familiares.

Projeto de Lei n.º 192/XV/1.ª (BE): — Reforço dos cuidados de saúde primários com médico e equipa de família para todos os utentes e universalização do acesso a cuidados de saúde oral, mental e outros.

Projeto de Lei n.º 193/XV/1.ª (BE): — Medidas para aumentar o número de profissionais e promover a estabilidade de equipas no Serviço Nacional de Saúde.

Projeto de Lei n.º 194/XV/1.ª (PAN): — Cria um regime excepcional de pagamentos em atraso para as entidades do serviço nacional de saúde, procedendo para o efeito à alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Projeto de Lei n.º 195/XV/1.ª (PAN): — Reconhecimento da carreira de técnico auxiliar de saúde.

Projeto de Lei n.º 196/XV/1.ª (PAN): — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça e valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao país, alterando diversos diplomas.

Projeto de Lei n.º 197/XV/1.ª (PAN): — Aprova o regime de dedicação exclusiva aplicável aos profissionais de saúde.

Projeto de Resolução n.º 66/XV/1.ª (CH): — Pela contratação imediata de profissionais de saúde para a região do Algarve, assegurando que os serviços de obstetrícia e pediatria não encerram.

Projeto de Resolução n.º 103/XV/1.ª (CH): — Pela proteção da Mulher Grávida nos Cuidados de Saúde e no Trabalho.

Projeto de Resolução n.º 133/XV/1.ª (CH): — Pela atribuição de um médico de medicina geral e familiar a todos os cidadãos

Projeto de Resolução n.º 134/XV/1.ª (PCP): — Salvar e Valorizar o Serviço Nacional de Saúde e valorizar os seus profissionais.

Projeto de Resolução n.º 138/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo a criação de um Programa “Regressar Saúde”, dirigido especificamente a profissionais de saúde.

Projeto de Resolução n.º 139/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo que incentive mais transparência no setor privado da Saúde.

Tempos: Grelha A.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.06 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Interpelação ao Governo requerida pelo GP do PCP, sobre «Política geral, centrada nas soluções para a defesa do poder de compra e das condições de vida do povo, travando o aumento de preços e assegurando o aumento dos salários e pensões».

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.07 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de atualidade requerido pelo GP do CH, sobre «A salvaguarda dos direitos das crianças».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV): — Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno.

Projeto de Lei n.º 2/XV/1.ª (PCP): — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em

Funções Públicas).

Projeto de Lei n.º 3/XV/1.ª (PCP): — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (19.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

Projeto de Lei n.º 63/XV/1.ª (PCP): — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 64/XV/1.ª (PCP): — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 161/XV/1.ª (BE): — Reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral, responsabilizando diretamente toda a cadeia de subcontratação e as empresas utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores.

Projeto de Lei n.º 162/XV/1.ª (BE): — Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (22.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

Projeto de Lei n.º 163/XV/1.ª (BE): — Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos (22.ª alteração ao Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 164/XV/1.ª (BE): — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (22.ª alteração ao Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 165/XV/1.ª (BE): — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da Troika que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à vigésima segunda alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro.

Projeto de Lei n.º 166/XV/1.ª (BE): — Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (vigésima segunda alteração ao à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro).

Projeto de Lei n.º 167/XV/1.ª (BE): — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório.

Projeto de Lei n.º 168/XV/1.ª (BE): — Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (22.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

Projeto de Lei n.º 169/XV/1.ª (L): — Alarga os direitos de parentalidade no âmbito do Código do Trabalho, reforçando os direitos das crianças e reforçando a igualdade de género na parentalidade (23.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 170/XV/1.ª (L): — Estabelece as 7 horas por dia e as 35 horas por semana como o máximo do período normal de trabalho em Portugal (23.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 174/XV/1.ª (PAN): — Prevê o regime de faltas por dores menstruais, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 175/XV/1.ª (PAN): — Altera o regime de faltas por motivo de luto gestacional, procedendo à alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Projeto de Lei n.º 176/XV/1.ª (PAN): — Aprova medidas de reforço da

proteção na parentalidade, procedendo para o efeito à décima sexta alteração ao Código do Trabalho e à sexta alteração ao regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 41/XV/1.ª (PSD): — Procede à Criação da Lei das Compras Públicas Circulares e Ecológicas.

Projeto de Lei n.º 142/XV/1.ª (PAN): — Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos.

Projeto de Lei n.º 159/XV/1.ª (BE): — Estipula critérios para serviços públicos e compras ecológicas, sustentáveis e socialmente justas.

Projeto de Lei n.º 160/XV/1.ª (PCP): — Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada.

Projeto de Lei n.º 171/XV/1.ª (PAN): — Aprova o Regime Jurídico das Compras Públicas Ecológicas e Circulares.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 31/XV/1.ª (PCP): — Alargamento dos incentivos para a fixação de profissionais de saúde em unidades e áreas geográficas com carências em saúde.

Projeto de Lei n.º 158/XV/1.ª (BE): — Incentivos para fixação de profissionais de saúde em áreas carenciadas.

Projeto de Lei n.º 172/XV/1.ª (PAN): — Altera o regime de incentivos para fixação de profissionais de saúde em áreas carenciadas, procedendo à alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2015, de 4 de junho.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 20/XV/1.ª (BE): — Pelo perdão total da dívida externa Ucrâniana.

Projeto de Lei n.º 173/XV/1.ª (PAN): — Determina a realização de um estudo sobre renegociação ou perdão da dívida da Ucrânia a Portugal.

Projeto de Resolução n.º 124/XV/1.ª (CH): — Por uma Moratória de 20 anos no Pagamento da Dívida Externa da Ucrânia e responsabilização da Rússia.

Projeto de Resolução n.º 125/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de renegociação ou perdão da dívida da Ucrânia a Portugal.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.08 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate sobre política setorial com a presença da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.20 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre o estado da Nação.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.07.21 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 19/XV/1.ª (GOV): — Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

(Apreciação e votação nas três fases, generalidade, especialidade e final global).

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º .../XV/1.ª (GOV): — «Que procede à transposição da Diretiva (EU) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial e da Diretiva (EU) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento».

(Apreciação e votação nas três fases, generalidade, especialidade e final global).

Tempos: Grelha D.

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo a 2021.

Tempos: Grelha D.

Conta Geral do Estado de 2020.

Tempos: Grelha própria.

Projeto de Resolução n.º .../XV/1.ª (CAE): — «Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 3 de maio de 2022, sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu».

Projeto de Resolução n.º .../XV/1.ª (CAE): — «Proposta de Decisão do Conselho que acrescenta a violação de medidas restritivas à lista de crimes



estabelecida pelo artigo 83.º, n.º 1 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e Proposta de Diretiva sobre recuperação de ativos e confisco».

Tempos: Grelha D.

Votações.

A Deputada Secretária da Mesa,

Maria da Luz Rosinha.

Anexo

AUDIÇÕES AO GOVERNO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES			
XV Legislatura 1.ª Sessão Legislativa			
Comissão	Ministra/Ministro	Calendário	
1.ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias¹	Ministro da Administração Interna	1.ª audição regimental	6 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	13 de julho de 2022
		4.ª audição regimental	15 de fevereiro de 2023
		5.ª audição regimental	7 de junho de 2023
	Ministra da Justiça	1.ª audição regimental	4 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	1 de fevereiro de 2023
		4.ª audição regimental	5 de abril de 2023
		5.ª audição regimental	5 de julho de 2023
	Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	1.ª audição regimental	10 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	21 de setembro
		4.ª audição regimental	23 de fevereiro 2023
		5.ª audição regimental	28 de junho 2023
2.ª Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Ministro dos Negócios Estrangeiros	1.ª audição regimental	2 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	24 de janeiro de 2023
		4.ª audição regimental	4 de abril de 2023
		5.ª audição regimental	6 de junho de 2023
3.ª Comissão de Defesa Nacional	Ministra da Defesa Nacional	1.ª audição regimental	9 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	20 de setembro de 2022
		3.ª audição regimental	OE 2023
		4.ª audição regimental	28 de fevereiro de 2023
		5.ª audição regimental	6 de junho de 2023
4.ª Comissão de Assuntos Europeus	SE Assuntos Europeus	1.ª audição regimental	2 de maio (OE 2022)

¹ As datas das audições do MAI e MJ estão ainda em fase de acerto final;

		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	7 de fevereiro de 2023
		4. ^a audição regimental	18 de abril de 2023
		5. ^a audição regimental	6 de junho de 2023
5.^a Comissão de Orçamento e Finanças²	Ministro das Finanças	1. ^a audição regimental	13 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	28 de fevereiro de 2023
		4. ^a audição regimental	19 de abril de 2023
		5. ^a audição regimental	28 de junho de 2023
6.^a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação³	Ministra da Presidência	1. ^a audição regimental	3 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	25 de janeiro 2023 (manhã)
		4. ^a audição regimental	19 de abril de 2023 (manhã)
		5. ^a audição regimental	28 de junho de 2023 (manhã)
	Ministro dos Negócios Estrangeiros	1. ^a audição regimental	2 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	28 de fevereiro de 2023
	Ministro da Economia e do Mar	1. ^a audição regimental	12 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	8 de fevereiro de 2023
		4. ^a audição regimental	3 de maio de 2023
		5. ^a audição regimental	5 de julho de 2023
	Ministro do Ambiente e da Ação Climática	1. ^a audição regimental	11 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	8 de fevereiro de 2023
	Ministro das Infraestruturas e da Habitação	1. ^a audição regimental	9 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
3. ^a audição regimental		6 de dezembro 2022	

² A 2.^a data da audição regimental do MF está ainda em fase de acerto final

³ As datas das audições da MP, MEM e MIH estão ainda em fase de acerto final

	Ministra da Coesão Territorial	4.ª audição regimental	7 de junho de 2023
		5.ª audição regimental	20 de março de 2023
		1.ª audição regimental	5 de maio (OE 2022)
	SE da Digitalização e da Modernização Administrativa	2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	24 de maio de 2023
		1.ª audição regimental	5 de maio (OE 2022)
7.ª Comissão de Agricultura e Pescas⁴	Ministro da Administração Interna	2.ª audição regimental	OE 2023
		1.ª audição regimental	6 de maio (OE 2022)
	Ministro do Ambiente e da Ação Climática	2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	11 de janeiro de 2023
		4.ª audição regimental	07 de junho de 2023
		1.ª audição regimental	11 de maio (OE 2022)
	Ministra da Agricultura e da Alimentação	2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	13 de dezembro de 2022
		4.ª audição regimental	28 de fevereiro de 2023
		5.ª audição regimental	20 de junho de 2023
		1.ª audição regimental	3 de maio (OE 2022)
	8.ª Comissão de Educação e Ciência	Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2.ª audição regimental
3.ª audição regimental			28 de fevereiro de 2023 ou 7 de março de 2023
4.ª audição regimental			11 de julho de 2023 ou 18 de julho de 2023
5.ª audição regimental			13 ou 14 dezembro de 2022
1.ª audição regimental			4 de maio (OE 2022)
Ministro da Educação		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	OE 2023
		4.ª audição regimental	4 de janeiro de 2023
		5.ª audição regimental	3 de maio de 2023
		1.ª audição regimental	6 de maio (OE 2022)

⁴ As datas das audições do MAAC e da MAA estão ainda em fase de acerto final

9.ª Comissão de Saúde	Ministra da Saúde	1.ª audição regimental	10 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	29 de junho de 2022
		3.ª audição regimental	OE 2023
		4.ª audição regimental	23 ou 30 de novembro de 2022
		5.ª audição regimental	21 ou 28 de junho de 2023
10.ª Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão	Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1.ª audição regimental	13 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	14 de setembro de 2022
		3.ª audição regimental	OE 2023
		4.ª audição regimental	15 de março de 2023
		5.ª audição regimental	31 de maio de 2023
11.ª Comissão de Ambiente e Energia	Ministro do Ambiente e da Ação Climática	1.ª audição regimental	11 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	21 de setembro de 2022
		3.ª audição regimental	OE 2023
		4.ª audição regimental	08 de março de 2023
		5.ª audição regimental	05 de julho de 2023
12.ª Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto	Ministro da Cultura	1.ª audição regimental	11 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	11 de janeiro de 2023
		4.ª audição regimental	12 de abril de 2023
		5.ª audição regimental	4 de julho de 2023
	Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	1.ª audição regimental	10 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	19 de abril 2023
13.ª Comissão de Administração Pública Ordenamento do Território e Poder Local	Ministra da Presidência	1.ª audição regimental	3 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	24 de janeiro 2023 (tarde)
		4.ª audição regimental	18 de abril 2023 (tarde)
		5.ª audição regimental	27 de junho 2023 (tarde)
	Ministra da Coesão Territorial	1.ª audição regimental	5 de maio (OE 2022)
		2.ª audição regimental	OE 2023
		3.ª audição regimental	28 de setembro de 2022
		4.ª audição regimental	25 de janeiro de 2023

		5. ^a audição regimental	7 de junho de 2023
	SE da Digitalização e da Modernização Administrativa	1. ^a audição regimental	5 de maio (OE 2022)
		2. ^a audição regimental	OE 2023
		3. ^a audição regimental	8 de fevereiro de 2023

CALENDARIZAÇÃO

JUNHO 2022			
DIA 29	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES	11:30 HORAS
		REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 30	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS

JULHO 2022			
DIA 01	SEXTA-FEIRA	CONGRESSO DO GP DO PSD	
DIA 04	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 05	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 06	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 07	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 08	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 11	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 12	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 13	QUARTA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 14	QUINTA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 15	SEXTA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 18	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 19	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 20	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES	11:30 HORAS
		REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 21	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS